

Troca de acusações

A Associação dos Analistas de Finanças e Controle Externo do Distrito Federal (Afinco), entidade que representa os auditores do Tribunal de Contas do DF, estuda a adoção de medidas judiciais contra o dono da Via Engenharia José Celso Gontijo. Na reportagem publicada ontem, o empresário chamou de “petistas incompetentes” as engenheiras civis auditoras do tribunal que elaboraram o relatório apontando irregularidades.

Segundo o consultor jurídico da Afinco, Marcos Magalhães, nenhum dos integrantes da comissão que acompanha a obra da terceira ponte é filiado ao Partido dos Trabalhadores. “A associação política não condiz com as características técnicas da atividade de fiscalizar”, explica. Sobre a acusação de incompetência para realizar auditorias em obras, Magalhães acrescenta

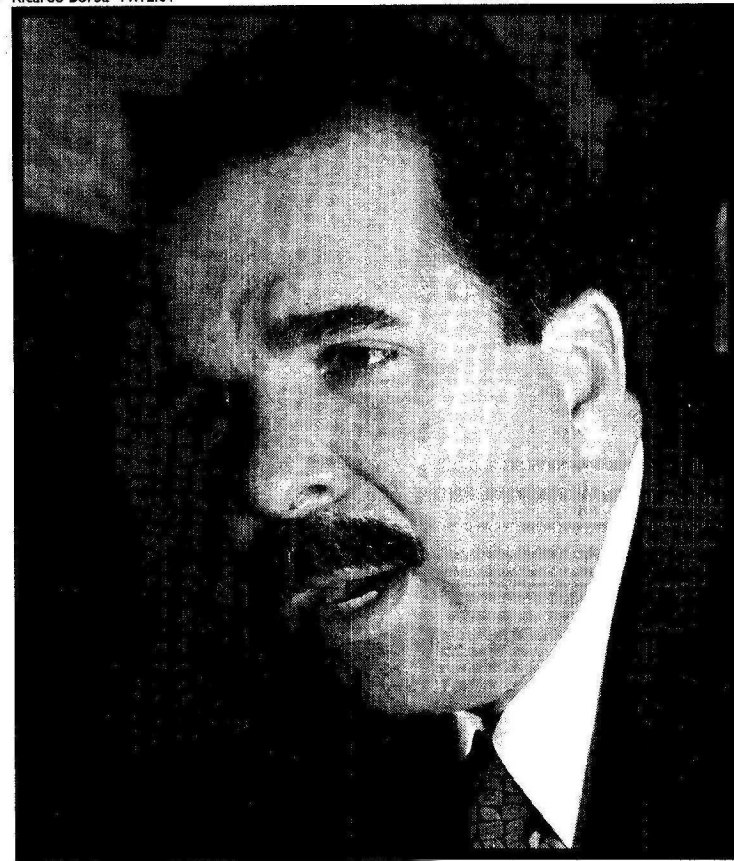
que os técnicos não precisam ter formação em Engenharia. As medidas judiciais da Afinco terão como base um processo em que venceu uma auditora do Tribunal de Contas da União (TCU) neste ano. “A auditora foi acusada de incompetente pelo presidente do Banco do Nordeste. Processou-o por calúnia e ganhou R\$ 120 mil de indenização. Devemos fazer o mesmo.”

A competência das auditoras do TCDF também é questionada pelo conselheiro Jorge Ulisses Jacoby. “Elas deveriam ter experiência em ponte para fazer a auditoria”, disse. Jacoby também não poupou o procurador da República Luiz Francisco. Ameaçou ontem processar criminalmente o procurador por ter pedido a instauração de inquérito na Polícia Federal para investigar o superfaturamento. “Não há recursos federais na obra e, por

isso, Luiz Francisco não tem competência jurídica para pedir. Foi leviano e precipitado”, resumiu. O conselheiro mostrou documentos da Caixa Econômica Federal em que o contrato entre o GDF e a União foi cancelado há duas semanas.

O procurador da República considera um absurdo as tentativas de Jacoby de evitar uma investigação da Polícia Federal e do TCU nas obras da ponte. “É ridículo tentar intimidar um procurador por estar cumprindo seu dever. Ele mesmo (Jacoby) ocultou o relatório que denunciava o superfaturamento”, reclamou Luiz Francisco. Em novembro do ano passado, o relatório foi considerado confidencial pelo plenário do TCDF a pedido de Jacoby. O conselheiro tinha receio de que seu conteúdo fosse usado de forma inadequada pela imprensa. (AC)

Ricardo Borba 11.12.01



JACOBY: “ELAS DEVERIAM TER EXPERIÊNCIA EM PONTE PARA FAZER A AUDITORIA”